

ACORDO DE NKOMATI

16.3.84.

CONTRIBUIÇÃO PARA A PAZ

O Marechal Samora Moisés Machel, Presidente da República Popular de Moçambique e o Primeiro-Ministro da República da África do Sul, Pieter Botha, assinam hoje o Acordo de Não-Agressão e Boa-Vizinhança, entre os dois países. A cerimónia oficial da assinatura realiza-se na zona fronteiriça entre os

dois países, numa das margens do Rio Nkomati, e tem suscitado o interesse da opinião pública mundial, pela alteração, a favor da Paz, que vai introduzir nesta zona do Continente Africano.

Prova desse interesse, a afluência de representantes da informação internacional, tanto ao nosso país como ao país vizinho. Ainda na tarde ontem, numa das salas do Hotel Rovuma, algumas dezenas de jornalistas estrangeiros, a quem se juntaram os jornalistas moçambicanos, tiveram um encontro informal com o Ministro da Informação da RPM, José Luís Cabaço.

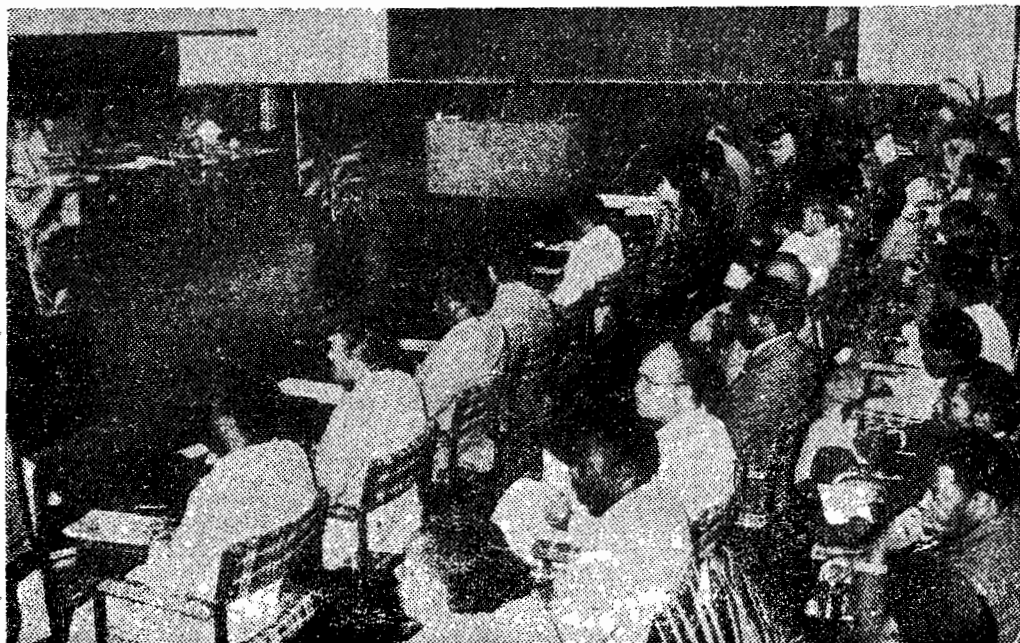
Mas a compreensão e o apoio a esta iniciativa surge principalmente dos Governos dos Países da Linha da Frente, conforme se infere das mensagens enviadas pelos respectivos Chefes de Estado ou de Governo ao Presidente da República Popular de Moçambique, Marechal Samora Moisés Machel, e que na edição de ontem, tivemos oportunidade de transcrever, bem como as que hoje aqui publicamos de dirigentes de outros países. Resultado da política socialista de paz da RPM, o Acordo de Não-Agressão e Boa-Vizinhança colmata um período de 20 anos de guerra em que o Povo moçambicano esteve directamente empenhado, sempre contra sua vontade. Por mais de uma vez, os dirigentes moçambicanos (mesmo no período que antecedeu a Luta Armada de Libertação Nacional contra o colonialismo) manifestaram o desejo de evitar o confronto, não porque o temessem, mas porque acreditavam e acreditam na solução pacífica dos diferendos.

Por esse mesmo motivo, a RPM nunca recusou, após a independência, as negociações directas com a África do Sul. E se uma política de Não-Agressão e Boa-Vizinhança não se concretizou nos primeiros oito anos de existência da RPM, como país independente e soberano, as culpas não po-

dem ser assacadas ao nosso País. A orientação política que motivou as primeiras negociações, logo após a Independência, continua a ser a mesma,

passados estes anos. E as propostas que poucos meses atrás ainda eram recusadas pela África do Sul, depa-ram agora com a sua concordância,

concordância essa que poderia ter sido obtida há muito tempo atrás, trazendo-se num benefício para ambos os países e povos.



Sob a direcção do Presidente Samora Machel, realizou-se ontem uma sessão conjunta do Bureau Político do Partido Frelimo, Comissão Permanente da Assembleia Popular e Conselho de Ministros. Estiveram também presentes membros do Comité Central e outros quadros superiores do Partido, Estado e Forças Armadas. No encontro, foi feita uma apreciação global do processo que conduziu ao estabelecimento do Acordo que hoje será assinado em Nkomati. Apreciaram-se também alguns dos aspectos da cerimónia que hoje decorrerá. (Na imagem, de Amadeu Marrengula, um aspecto parcial da sessão)

A assinatura do presente Acordo de Não-Agressão e Boa-Vizinhança, não significa o abandono das posições de princípio por parte de Moçambique. Durante o encontro dos Chefes de Estado dos «Cinco», em Bissau, a 20 de Dezembro do ano transacto, o Presidente Samora Machel, em declarações a jornalistas portugueses definia os três pontos que norteavam a participação moçambicana nas negociações:

- a RAS não vai obrigar a RPM a reconhecer o «apartheid»;
- a RAS não vai obrigar a RPM a reconhecer os bantustões;
- e a RAS não vai obrigar a RPM a recusar o apoio político, diplomático e moral ao ANC.

Entretanto, e para recordarmos um pouco, o isolamento a nível internacional da África do Sul agravou-se nos últimos tempos. Paralelamente, ofensiva diplomática desencadeada por Moçambique, quase simultânea com a eficaz ofensiva interna, contra os bandos armados, apoiados pelo Governo da RAS, clarificava, entre a opinião pública mundial e os respectivos Governos, a situação que se vivia na África Austral. E é face a esta situação que a RAS decide, no final do ano passado, reatar o diálogo.

O Acordo que hoje é assinado põe termo a uma situação de guerra não-declarada contra Moçambique. A África Austral, como o Continente Africano, como aliás todo o Mundo, precisam de paz, para que o progresso possa surgir em força. A política socialista da paz de Moçambique é, neste momento, um contributo importante para ajudar a consolidar um anseio antigo da Humanidade — viver sem o espectro da destruição e da miséria. Hoje, mais um passo importante vai ser dado nesse sentido.